

PRÁTICAS VOLTADAS À INCLUSÃO: A FONOAUDIOLOGIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PRÁCTICAS DE INCLUSIÓN: LOGOPEDIA EN EDUCACIÓN SUPERIOR

INCLUSION-ORIENTED PRACTICES: SPEECH THERAPY IN HIGHER EDUCATION

Kemely PALMEIRO¹
Lais Oliva DONIDA²
Ana Paula SANTANA³

RESUMO: Atualmente, estão inseridos nas instituições de Educação Superior estudantes público-alvo da Educação Especial, com Transtornos Funcionais e com trajetórias socioeducacionais distintas. O objetivo desta pesquisa é verificar a presença e atuação do fonoaudiólogo nos Núcleos de Acessibilidade e Apoio Pedagógico das Universidades federais através de um estudo quanti-qualitativo realizado com 15 instituições. Os resultados revelam que a atuação mais conhecida do fonoaudiólogo tange à área da comunicação, em detrimento da colaboração deste no processo educativo. Evidencia-se a necessidade emergencial de reflexão sobre ações interdisciplinares inclusivas na Educação Superior e modificações na formação e trabalho dos Núcleos, do Apoio Pedagógico e dos profissionais envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior. Fonoaudiologia. Inclusão.

RESUMEN: Actualmente, los estudiantes de educación superior están incluidos en el público objetivo de Educación Especial, con trastornos funcionales y con distintas trayectorias socioeducativas. El objetivo de esta investigación es verificar la presencia y el desempeño del logopeda en los Centros de Accesibilidad y Apoyo Pedagógico de las Universidades a través de un estudio cuantitativo y cualitativo realizado con 15 instituciones. Los resultados revelan que el desempeño más conocido del terapeuta del habla está relacionado con el área de comunicación, en detrimento de su colaboración en el proceso educativo. Se evidencia la urgente necesidad de reflexión sobre acciones interdisciplinarias inclusivas en la Educación Superior y cambios en la formación y trabajo de los Centros, apoyo pedagógico y los profesionales involucrados.

PALABRAS CLAVE: Educación superior. Terapia del habla. Inclusión.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC – Brasil. Graduação em Fonoaudiologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0684-9956>. E-mail: kemely.palmeiro@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC – Brasil. Doutoranda em Linguística. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3508-7030>. E-mail: lais.donida@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC – Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Fonoaudiologia. Doutorado em Linguística (UNICAMP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2648-160X>. E-mail: anaposantana@hotmail.com

ABSTRACT: *Higher Education students are included in the target public of Special Education, with Functional Disorders and with distinct socio-educational trajectories. The objective of this research is to verify the presence and performance of the speech therapist in the Centers of Accessibility and Pedagogical Support of Universities through a quantitative and qualitative study conducted with 15 institutions. The results reveal that the speech therapist's best-known performance is related to the communication area, to the detriment of his / her collaboration in the educational process. The emergent need for reflection on inclusive interdisciplinary actions in Higher Education and changes in the formation and work of the professionals involved.*

KEYWORDS: *Higher education. Speech, language and hearing Sciences. Mainstreaming education.*

Introdução

As primeiras práticas fonoaudiológicas no Brasil surgiram no início do século XX, motivadas por questões políticas e relacionadas ao contexto histórico e social da época. Opiniões de cunho nacionalista julgavam necessária a padronização da língua, esta que se encontrava, segundo eles, contaminada pelas variações dialetais decorrentes dos processos migratórios nacionais e internacionais. Com isso, a serviço de uma educação normalizadora e em busca da “correção da fala” e homogeneização da língua, surgem os primeiros profissionais a exercerem práticas fonoaudiológicas clínicas (BERBERIAN, 2007).

Após longo período de ações clínicas com essa função social, a Fonoaudiologia volta a se aproximar da Educação, porém de uma forma ressignificada, para atender as demandas educativas relativas aos problemas de comunicação manifestados nesse contexto, tendo nesse ambiente vasta atuação e contribuição, conforme demonstra a Resolução nº 309/2005, do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFA, 2005):

[...] o fonoaudiólogo deve desenvolver ações em parceria com educadores, que contribuam para a promoção, aprimoramento e prevenção de alterações dos aspectos relacionados à audição, linguagem (oral e escrita), motricidade oral e voz e que favoreçam e otimizem o processo de ensino e aprendizagem.

Para essa função social, surge uma especialidade da Fonoaudiologia, a Fonoaudiologia Educacional (Resolução CFFa n. 387/2010), que busca se afastar dos modelos clínicos de atendimento e incorpora o caráter de promoção de saúde com o intuito de qualificar os processos de ensino e aprendizagem por meio de seu conhecimento técnico e específico. Dessa forma, objetiva favorecer o planejamento e a implementação de ambientes físicos pedagógicos adequados à comunicação, considerando a imanente singularidade e heterogeneidade humana

nas formas de comunicação, o que corrobora diretamente com a garantia de todos à educação como um direito humano.

Entretanto, segundo pesquisa de Celeste *et al.* (2017), poucos são os fonoaudiólogos educacionais autodeclarados para a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (doravante, SBFa). A pesquisa das autoras revelou que dos 39.731 fonoaudiólogos inscritos na SBFa em 2015, apenas 312 responderam à pesquisa em questão. Destes, pouco mais de 48% estão a menos de seis anos atuando na educação, principalmente na rede pública de ensino.

Com dados mais atualizados, o site do Conselho Federal de Fonoaudiologia aponta que há 147.764 profissionais regularizados em 2017. Focando no quesito de capacitação, somente 62 se autodeclararam como especialistas em Fonoaudiologia Educacional (CFFA, 2019). Esses achados revelam a importância de mais estudos voltados ao mapeamento da atuação dos profissionais nessa área para o investimento na formação continuada dos profissionais desta área, com vistas a diminuir a incorrência de equívocos. Isso, pois, há que se pensar nos mecanismos de patologização e medicalização de questões de ordem socioeducacionais e/ou culturais dentro das instituições de ensino e, para tanto, os fonoaudiólogos precisam estar capacitados (DONIDA, 2018; DONIDA; SANTANA, 2019).

As ações do fonoaudiólogo no âmbito educacional vão desde a Educação Básica até a Educação Superior, estando presente na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial, ou seja, perpassa todos os níveis e modalidades de ensino. Com sua formação específica sobre linguagem e comunicação humana, o fonoaudiólogo pode oferecer subsídios para o trabalho do educador e para a equipe pedagógica, auxiliando nos processos de ensino e aprendizagem e observando as dificuldades encontradas no ambiente educacional de modo colaborativo (GIROTO, 1999).

Enquanto as ações na Educação Básica já estão legitimadas (CAVALHEIRO, 2001; LUZARDO; NEMR, 2006), o mesmo não pode ser dito sobre as ações na Educação Superior, tendo em vista o baixo conhecimento a respeito da atuação da Fonoaudiologia neste contexto (ZORZI, 2015; DONIDA, 2019).

O primeiro ponto a se destacar como relevante para o “fazer fonoaudiológico” na Educação Superior é a compreensão do cenário educacional atual. O Brasil ainda enfrenta problemas relacionados à qualidade da Educação Básica, tendo implicações significativas para os acadêmicos que ingressam nas Universidades (DONIDA, 2019; IOSIF, 2007). Segundo o INAF (2018), somente 34% dos estudantes da Educação Superior podem ser classificados no nível de alfabetismo funcional pleno. Ainda, há 4% de analfabetos funcionais, ou seja, aqueles estudantes que, estando em um nível rudimentar de alfabetismo, dominam pouco a leitura, a

escrita e a matemática em práticas cotidianas. Fato esse que demanda diretamente ações da fonoaudiologia por se tratar de um problema de ordem linguística que interfere diretamente no desempenho acadêmico dos estudantes.

Sobre as práticas da Fonoaudiologia na Educação Superior, o trabalho de Santana e Soltosky (2014) menciona que o “fazer fonoaudiológico” ainda está em fase embrionária. Apesar disso, as autoras ressaltam várias possibilidades de ações que podem ser realizadas, tais como:

- i) Participação do fonoaudiólogo nos espaços voltados à formação continuada, sensibilizando e capacitando docentes em discussões que envolvam: identificação e compreensão das demandas de estudantes com dificuldades; compreensão dos aspectos políticos e legais acerca do ensino e aprendizagem de pessoas público-alvo da Educação Especial (EE); discussão de estratégias que contribuam para a melhoria no processo de ensino e aprendizagem e de avaliação, voltada a todos os estudantes; discussão acerca da prática docente no que tange à acessibilidade pedagógica; ações de promoção de saúde vocal para os docentes;
- ii) Participação nos Núcleos de Acessibilidade apoiando o desenvolvimento de estratégias que contribuam para a permanência acadêmica, como: realizar encaminhamentos, solicitação e análise de relatórios clínicos em parceria com o profissional técnico do serviço; acompanhar e desenvolver ações relacionadas à política de inclusão no âmbito institucional com vistas ao seu fortalecimento (seminários, simpósios, palestras, elaboração de materiais informativos, entre outros); orientações de cada caso aos docentes e coordenadores de curso;
- iii) Realização de Oficinas de Letramento e de Língua Portuguesa escrita como segunda língua para surdos;
- iv) Prestar assessoria aos setores responsáveis pelo vestibular, assim como para setores responsáveis pela contratação de servidores que possuam diagnósticos de deficiências (paralisia cerebral, deficiência visual, perdas auditivas) ou Transtornos Específicos de Aprendizagem (Dislexia, Discalculia, Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, Distúrbio do Processamento Auditivo Central - DPAC), dentre outros.

Observa-se que o contexto universitário é frequentado por sujeitos que revelam uma heterogeneidade de origens sociais, culturais, econômicas e históricas, implicando diferentes condições de alfabetização e letramento e modificando o perfil das instituições. Devido às diferentes práticas de letramento e exigências neste contexto, muitos estudantes acabam tendo

insucesso acadêmico, reverberando em reprovações e evasão (BRASIL, 2008; DONIDA, 2018; DONIDA; SANTANA, 2019).

O apoio pedagógico, previsto pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010), insere-se no contexto da Educação Superior justamente como uma ação voltada à diminuição da disparidade entre os conhecimentos que os estudantes possuem e aqueles exigidos pela Universidade. Assim sendo, destina-se às ações que cada instituição irá propor, voltando-se ao domínio da leitura, da escrita e da matemática, bem como de gêneros acadêmicos, como artigos, trabalhos de conclusão de curso, entre outros (DONIDA, 2018; DONIDA; SANTANA, 2019).

Além disso, o apoio pedagógico também se torna responsável por contemplar em suas ações estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (TFE)⁴, embora o Núcleo de Acessibilidade possa assessorar este público (DONIDA, 2018; DONIDA; SANTANA, 2019).

Soma-se a essa realidade o aumento de ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial (EE). O Plano Nacional de Educação considera público-alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sendo a EE uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e modalidades de educação (BRASIL, 2008).

Os Núcleos de Acessibilidade são os responsáveis por promover as ações institucionais de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES (BRASIL, 2005). Desta forma, o Decreto nº 7.611/2011 instituiu a criação dos Núcleos de Acessibilidade para atender todas as IFES, induzindo, assim, o desenvolvimento de uma política de acessibilidade ampla e articulada que venha garantir a inclusão dessas pessoas à vida acadêmica, eliminando barreiras comunicativas, atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas (BRASIL, 2011). Para as Universidades estaduais e particulares não há programas instituídos, o que não implica a obrigatoriedade da criação e/ou padronização desses Núcleos.

Diante do exposto, se observa que, em teoria, já se pode verificar a importância do fonoaudiólogo na Educação Superior. E mais, que esse profissional da saúde não deve se inserir neste nível de ensino com ações clínico-terapêuticas, mas através de um trabalho com viés educacional. Contudo, na prática, ainda há carência de pesquisas que versem sobre esse tema. Desta forma, questiona-se: As equipes dos Núcleos de Acessibilidade e Apoio Pedagógico das

⁴ Dentre os Transtornos Funcionais Específicos estão: Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade, Discalculia, Disortografia, Distúrbio do Processamento Auditivo Central, Transtorno Obsessivo-Compulsivo (BRASIL, 2008; DONIDA, 2018).

Universidades possuem fonoaudiólogo? Quais profissionais fazem parte desses espaços? Como o papel do fonoaudiólogo educacional é visto neste contexto?

A partir dessas questões, o objetivo dessa pesquisa é compreender, no contexto da Educação Superior, a prática do fonoaudiólogo nos Núcleos de Acessibilidade e no Apoio Pedagógico e discutir sobre seu papel na equipe.

Contornos metodológicos

Esta pesquisa foi realizada em 2017, como fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Assim, o estudo se caracteriza como quanti-qualitativo, já que envolveu uma pesquisa *online* nas páginas das Universidades e aplicação de questionário enviado por e-mail e respondido pelo responsável do setor que é, geralmente, incumbido pela acessibilidade nas instituições.

A opção pela realização da pesquisa ao se considerar dois setores – o Núcleo de Acessibilidade e Apoio Pedagógico – se deve ao fato de que se acredita que o fonoaudiólogo seria essencial nesses espaços. Contudo, se sabe que o fonoaudiólogo também poderia ser contratado por outros setores.

Considerando o grande número de Universidades brasileiras, optou-se por um recorte metodológico que compreendeu as Universidades com as classificações 4 e 5 no Exame Nacional de Desempenho do Estudante - ENADE (INEP, 2016).

Os participantes foram os responsáveis pelo Núcleo de Acessibilidade e/ou Apoio Pedagógico pertencentes às instituições de Educação Superior no âmbito federal, estadual e privado. Foram enviados e-mails de convite para 70 Universidades, sendo que destas apenas 26 responderam afirmativamente. Destas 26, somente 15 responderam ao questionário *online*, as quais foram: 12 Universidades federais, duas Universidades estaduais e uma Universidade privada.

O questionário envolvia perguntas abertas e fechadas. Segue alguns exemplos: Há fonoaudiólogos contratados na Universidade que você atua? A sua contratação é realizada por qual setor na Universidade? Quais ações eles propõem na Universidade? Existe apoio pedagógico na sua instituição? Quais profissionais fazem parte do apoio pedagógico? Existe Núcleo de Acessibilidade? Quais profissionais fazem parte do Núcleo de Acessibilidade? Existem ações direcionadas para o público da Educação Especial?

Com as respostas dos questionários, foi realizada uma Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010) e estabeleceram-se as seguintes categorias de análise: a) sobre os Núcleos de Acessibilidade: i) público atendido, ii) ações e iii) profissionais que integram as equipes interdisciplinares; b) sobre o apoio pedagógico: iv) público atendido, v) profissionais que atuam nas ações, vii) ações desenvolvidas; e c) sobre a importância do fonoaudiólogo na Educação Superior.

Os participantes aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido n. 0782/2013, inscrito no Projeto em Rede CAPES/OBEDUC: “Acessibilidade no Ensino Superior: Da análise de políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre a deficiência e inclusão”.

Resultados

A partir das 15 Universidades participantes, têm-se os dados que serão descritos e analisados a seguir.

Tabela 1 – Descrição das Universidades participantes da pesquisa por região do Brasil e por definição

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDOESTE	SUL
FEDERAL	2	3	-	4	3
ESTADUAL	-	1	-	-	1
PRIVADA	-	-	-	-	1

Fonte: Dados da pesquisa.

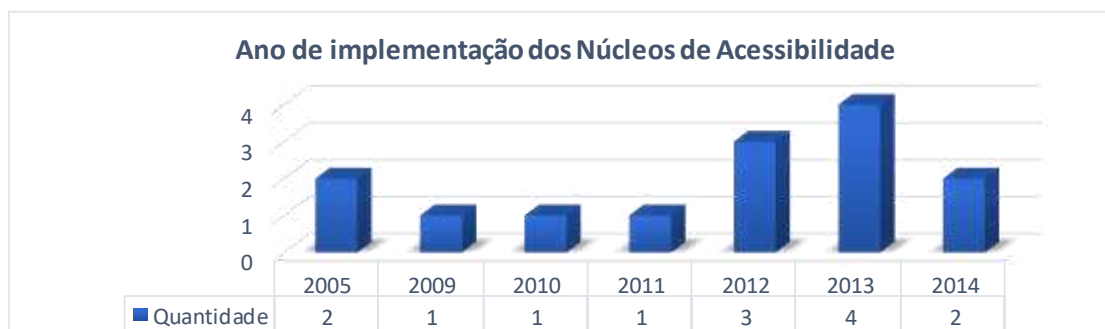
Núcleos de acessibilidade

Das 15 Universidades que responderam à pesquisa, apenas uma não têm Núcleo de Acessibilidade (doravante NA), sendo essa uma Universidade da rede pública estadual. No entanto, há nesta instituição um núcleo de atendimento aos estudantes que articula ações institucionais, tais como: programas de formação e atendimento aos universitários, realização de parcerias com entidades voltadas ao atendimento de estudantes público-alvo da EE, entre outras ações.

Quanto à data de criação do NA, observa-se que cinco Universidades federais já contavam com a presença de um departamento para acompanhar os estudantes público-alvo da EE antes do Decreto n. 7.611/2011 (BRASIL, 2011) que determinou a sua obrigatoriedade nas IFES.

Dentre as Universidades que participaram, três apresentaram a criação dos NA no ano de 2012 e outras seis instituições somente nos anos de 2013 e 2014, conforme demonstra o gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Ano de criação dos Núcleos de Acessibilidade nas instituições pesquisadas



Fonte: Dados da pesquisa

Público-alvo atendido pelos Núcleos de Acessibilidade

Os NA das Universidades configuraram seu atendimento de maneiras distintas. Algumas realizam ações com os universitários na própria Universidade e outros encaminham profissionais externamente à Universidade.

Vejamos abaixo as respostas obtidas:

Gráfico 2 – Estudantes atendidos pelos Núcleos de Acessibilidade



Fonte: Dados da pesquisa

Nesse gráfico percebemos que, além dos NAs atenderem os estudantes público-alvo da EE, mais da metade também atende outras demandas, como estudantes com Transtornos Funcionais Específicos e, ainda, em uma Universidade, o NA contempla todos os estudantes.

Ou seja, não há uma delimitação de público e todos os acadêmicos que têm “singularidades” e “especificidades” são assessorados por este setor.

Ações desenvolvidas pelos Núcleos de Acessibilidade

Os NAs devem se mostrar como uma resposta das IFES para dar suporte educacional e social a esse novo contingente de estudantes, visando promover ações institucionais que garantam a inclusão e acessibilidade (BRASIL, 2015). Dentre as Universidades pesquisadas, foram citadas as seguintes ações:

- i. Interpretação e tradução de Libras (presente em praticamente todas as Universidades);
- ii. Disponibilização de descritores audiovisuais e tradutores do sistema braille;
- iii. Adaptação de materiais pedagógicos;
- iv. Disponibilização de equipamentos de tecnologia assistiva⁵ (sendo o sistema Braille um dos mais citados);
- v. Disponibilização de estagiários que desenvolvem funções como transcrição, descrição audiovisual e ambientação na instituição (duas instituições);
- vi. Formação de professores/comunidade acadêmica e apoio pedagógico (ação citada em quase todas as Universidades);
- vii. Acompanhamento periódico do estudante;
- viii. Oferta de bolsa de acessibilidade (duas Universidades);
- ix. Oferta de aulas de reforço muscular para estudantes com deficiência física.

Sobre os profissionais que trabalham no Núcleo de Acessibilidade

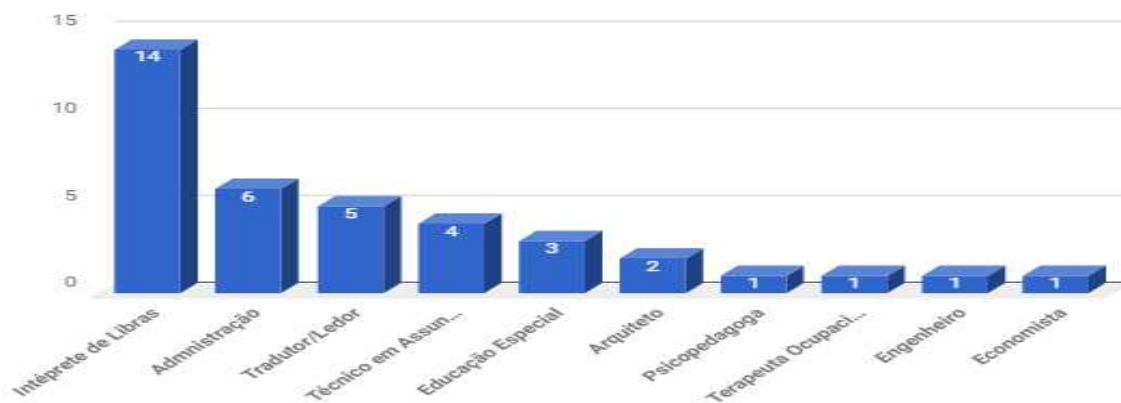
Vejamos abaixo quais profissionais têm sido contratados para trabalhar nos NA:

⁵ Define-se como equipamentos de Tecnologia Assistiva todo recurso e serviço que contribua para proporcionar ou ampliar as habilidades de pessoas com deficiência e promover a vida independente e inclusão (BERSCH; TONOLLI, 2006).

Gráfico 3 – Equipe interdisciplinar dos Núcleos de Acessibilidade

Fonte: Dados da pesquisa

A partir das respostas dadas, outros profissionais podem trabalhar conjuntamente com a equipe. Alguns profissionais podem ser contratados pela instituição, como os tradutores intérpretes de Libras/LP, por exemplo. Outros são convidados para parcerias interinstitucionais e/ou com a comunidade, conforme houver a demanda, como podemos ver no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Outros profissionais

Fonte: Dados da pesquisa

A política de Educação Especial (BRASIL, 2008, 2015) sugere que, para a constituição da equipe interdisciplinar do Núcleo de Acessibilidade, sejam considerados as especialidades desses profissionais em relação às demandas encontradas na Universidade por estudantes público-alvo da EE. Desta forma, a ideia é viabilizar o acesso, a permanência e a inclusão desses estudantes, considerando suas singularidades e habilidades, eliminando barreiras arquitetônicas, de comunicação, atitudinais e pedagógicas.

Segundo essa mesma política, há vários profissionais que podem estar envolvidos nessas ações interdisciplinares: profissionais da Educação Especial, pedagogo, psicólogo,

fonoaudiólogo, assistente social, bem como profissionais que atuam como conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde, entre outros, conforme o contexto de cada comunidade (BRASIL, 2008, 2015).

Embora seja determinado por essa política que os profissionais devam ter especialidades que contemplam as ações voltadas a esses estudantes, o fato é que, em sua maioria, as Universidades participantes referem que a constituição do NA deve ser de acordo com cada contexto acadêmico.

É interessante notar que não há apenas profissionais da saúde e educação, isso porque a educação inclusiva requer outros profissionais para tornar o ambiente acessível e eliminar todas as barreiras encontradas no ambiente acadêmico, por exemplo, a contratação de profissionais como engenheiro, arquiteto, dentre outros, para diminuir as barreiras arquitetônicas (BRASIL, 2008, 2011, 2015).

O tradutor intérprete em Libras/LP foi o profissional mais citado, perfazendo um total de 14 referências. Ou seja, apenas uma instituição não possuía esse profissional. A oficialização da Libras e sua obrigatoriedade como disciplina curricular nos cursos de licenciatura e Fonoaudiologia, bem como a oficialização da profissão do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais - TILS (BRASIL, 2005), provocou uma modificação na educação de surdos, permitindo que eles alcançassem o nível superior. Desta forma, sua inclusão está fortemente vinculada à presença do intérprete (embora não seja apenas esse profissional o responsável pela inclusão educacional).

Outros profissionais bastante citados e com formação voltada para a acessibilidade são os Tradutores/Revisores de Braile, Técnicos em Assuntos Educacionais e profissionais ligados à Educação Especial. Aqui se observa que o número de profissionais que atuam com o Núcleo/equipe de acessibilidade das Universidades varia de acordo com o público a ser atendido.

Contudo, apesar de se reconhecer a autonomia das instituições em ampliar o quadro de profissionais que atendam às demandas impostas pelas situações de ingresso dos estudantes público-alvo da EE, as ações e as capacitações desses profissionais ainda são pouco conhecidas. Ou seja, não se sabe se esses profissionais desempenham ações em outros setores da Universidade ou se são colaboradores somente dos núcleos, bem como por qual departamento são contratados ou, ainda, se são servidores federais, necessitando de mais pesquisa em relação a esses dados.

É interessante notar que o número de profissionais que dão apoio à Educação Especial, como: terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo ou mesmo o

profissional da EE, são pouco citados. Quando não há esses profissionais, uma das instituições citou que, por exemplo, o fonoaudiólogo realiza consultorias dentro da instituição, no entanto esse profissional não é lotado no setor de acessibilidade e, portanto, não foi contabilizado na pesquisa como presente, não sendo também descritas as ações realizadas por ele.

Se o fonoaudiólogo, mesmo que de maneira ainda sucinta, se faz presente no NA, no Apoio Pedagógico a presença é mínima ou quase inexistente. Das Universidades respondentes, apenas uma conta com esse profissional atuando diretamente no Apoio Pedagógico, sendo que esse profissional participa da equipe do NA também. Ressalta-se que nessa instituição não existe o curso de Fonoaudiologia, o que foge à caracterização realizada sobre os demais NAs da pesquisa que apresentam esse profissional.

Apoio pedagógico

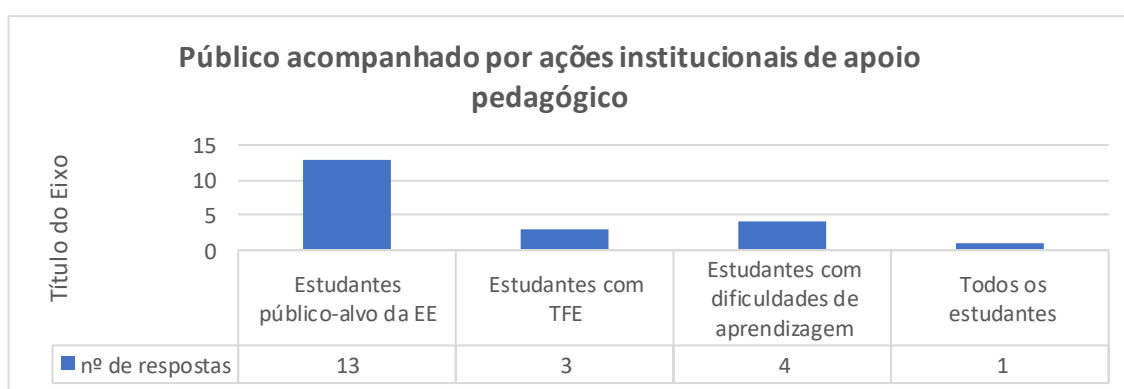
Das 15 instituições participantes, dez relatam possuir um setor/órgão ou departamento voltado aos estudantes com dificuldades acadêmicas. Dada a autonomia universitária, as instituições podem gerir as ações voltadas aos estudantes com dificuldades acadêmicas relacionadas à baixa escolarização, dificuldades com o letramento acadêmico, estudantes com Transtornos Funcionais Específicos. O PNAES prevê ações diversas que englobam: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, além de englobar também ações voltadas ao acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Dessa forma, ações, departamentos/órgãos ou setores institucionais voltados a esse público estão em constantes mudanças e reformulações, dadas as especificidades de cada comunidade universitária, assumindo também outras funções sociais, dentre elas: a ampliação do acesso aos bens culturais e o reconhecimento das diferenças e identidades compartilhadas pelos estudantes dentro da instituição, apoio psicológico, social e de saúde, dentre outros. O apoio pedagógico é incluído ou não de acordo com as ações das instituições e não há a obrigatoriedade de se criarem setores/órgãos ou departamentos específicos com esse direcionamento.

Público atendido por ações institucionais voltadas ao Apoio Pedagógico

Embora dez participantes tenham mencionado que possuíam um setor/órgão ou departamento institucional voltado ao apoio pedagógico, aqui se vê que 14 instituições responderam sobre o público acompanhado por ações institucionais voltadas ao amparo pedagógico. Ou seja, houve mais respostas sobre ações nas instituições, embora nem todas tivessem órgãos ou setores delegados exclusivamente para essa finalidade dentro da Universidade.

Gráfico 5 – Público acompanhado por ações institucionais de apoio pedagógico

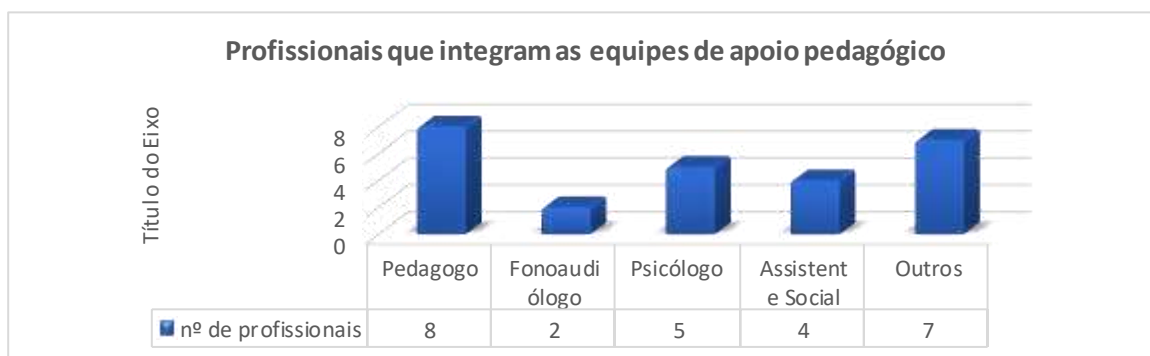


Fonte: Dados da pesquisa

Profissionais que integram as ações institucionais de apoio pedagógico

Vemos abaixo a distribuição desses profissionais:

Gráfico 6 – Profissionais que integram as ações institucionais



Fonte: Dados da pesquisa

Os profissionais mais encontrados no Apoio Pedagógico são os pedagogos, presentes em quase todas as instituições. Isso faz sentido, já que o trabalho voltado a estes estudantes dentro da instituição deve ser de caráter pedagógico. O psicólogo foi outro profissional

comumente encontrado em mais da metade das instituições, seguido do assistente social. Técnicos em assuntos educacionais, terapeuta ocupacional, psicopedagogo e educador físico foram outros profissionais encontrados nesse serviço.

Na opção “Outros”, os participantes citaram os seguintes profissionais que também fazem parte das ações institucionais: técnicos em assuntos educacionais, terapeuta ocupacional; psicopedagogo, funcionários da Universidade, educador físico, bolsistas de graduação e pós-graduação e assistentes em administração.

Ações desenvolvidas no Apoio Pedagógico

As ações desenvolvidas no Apoio Pedagógico assumem um caráter diferente das ações do Núcleo de Acessibilidade. As respostas sobre as ações foram caracterizadas nesta pesquisa em dois grupos: ações pedagógicas e ações terapêuticas, como observadas abaixo.

Quadro 1 – Ações realizadas voltadas ao apoio de estudantes na instituição

<i>Cursos de nivelamento (leitura e interpretação de texto e matemática), grupos de estudos em todas as áreas, monitorias.</i>
<i>Acompanhamento psicopedagógico na clínica de psicopedagogia; acompanhamento por estudantes através do Programa Apoiador; reuniões orientativas para docentes e coordenadores dos cursos nos quais há estudantes com deficiência.</i>
<i>Atendimento psicopedagógico e acompanhamento terapêutico. Formação, atendimento individualizado e grupo</i>
<i>Acompanhamento pedagógico semestral dos alunos que tem baixo rendimento, monitoria inclusiva, divulgação das ações da PROACE, atendimento pedagógico individual...</i>
<i>Programas de formação e atendimento aos alunos</i>
<i>Oferta de oficinas de organização de estudos e disciplinas base, como cálculo e língua portuguesa</i>
<i>Acompanha o desempenho dos alunos de graduação, prestando-lhes assistência ou encaminhando-os a especialistas quando detectadas dificuldades de aprendizagem. É responsável por ações ou programas que possam auxiliar os estudantes no planejamento de suas carreiras, em sua adaptação ao ensino superior e em quaisquer dificuldades acadêmicas que possam ser verificadas. Operacionaliza as seleções do Programa de Monitoria Acadêmica (PROMA), do Apoio à participação discente em eventos científicos, artísticos-culturais e de extensão e apoio financeiro a estudantes, para realização de pesquisa de campo, visita técnica e viagem de estudos para a realização do trabalho de conclusão de curso de graduação presencial da UNILA, assim como as ações voltadas para egressos.</i>
<i>Acompanhamento pedagógico, campanhas educativas, orientações de estudos</i>
<i>Programa Hábitos de Estudo, grupo de desenvolvimento de habilidades para a vida acadêmica, programa de atenção à saúde mental do estudante e programa de aconselhamento em saúde</i>

Fonte: Dados da pesquisa

São exemplos de ações pedagógicas: curso de leitura, interpretação de texto e cálculo, grupos de estudos de todas as áreas, monitorias, oficinas de organização de estudos, acompanhamento pedagógico e psicopedagógico, programas de formação e encaminhamentos. São exemplos de ações terapêuticas: acompanhamentos terapêuticos psicológicos e psicopedagógicos dentro da Universidade.

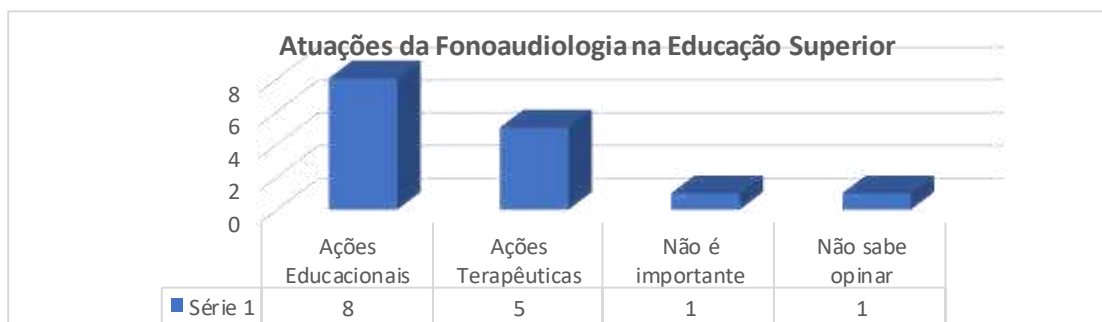
Acredita-se que as respostas sobre trabalhos clínicos dentro da Universidade estejam direcionadas aos estudantes com Transtornos Funcionais e sejam trabalhos pedagógicos realizados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ou seja, um atendimento individualizado, com caráter puramente pedagógico e complementar ao ensino, uma prática que vem crescendo com o advento da inclusão. Esse atendimento clínico, contudo, não é pauta e nem deve ser realizado por fonoaudiólogos dentro da instituição de ensino, uma vez que essa prática é vetada.

Aqui, o profissional da Fonoaudiologia pode desenvolver um bom trabalho terapêutico frente às dificuldades pedagógicas atuando na clínica, porém, dentro da instituição, pode atrelar seu conhecimento aos outros profissionais do Apoio Pedagógico e desenvolver ações como: estimulação de práticas de letramento, atividades voltadas ao trabalho com diferentes gêneros discursivos; reflexão junto aos professores, auxiliando-os a adequar as propostas teórico-práticas, entre outras ações, e que podem atingir um público maior do que os atendimentos de caráter terapêutico, visto que o cenário acadêmico se modificou frente às diferentes práticas de letramento, capital cultural e distintos setores socioeconômicos (DONIDA, 2018). Ou seja, se esperam ações com caráter educacional, como previsto pela especialidade de Fonoaudiologia Educacional, e não clínico.

Importância da fonoaudiologia na educação superior

As respostas foram categorizadas em quatro grupos: a) ações relacionadas à *competência do fonoaudiólogo* na educação (ações educacionais); b) ações relacionadas a um caráter mais clínico (ações terapêuticas); c) não soube descrever; d) desconsidera a importância desse profissional.

Embora não sejam especificamente terapêuticas, as ações descritas ideologicamente marcam a ideia de que o profissional da saúde consegue diagnosticar melhor os problemas dos estudantes, conforme segue:

Gráfico 7 – Atuação da Fonoaudiologia na Educação Superior

Fonte: Dados da pesquisa

Dentre as 15 instituições pesquisadas, 14 consideraram importante a presença do fonoaudiólogo na Educação Superior, porém apenas oito citaram a competência e o “*fazer fonoaudiológico*” para auxiliar na promoção, prevenção e necessidades institucionais voltadas à inclusão. Outras cinco Universidades citaram a importância desse profissional para fins diagnósticos e de intervenções clínicas. Uma Universidade não soube justificar sua resposta e uma instituição acha que a Fonoaudiologia não é importante, revelando desconhecimento sobre a especialidade de Fonoaudiologia Educacional. Citam-se abaixo algumas respostas dadas pelos responsáveis, categorizadas pelos temas: i) Ações educacionais; ii) ações “terapêuticas”; iii) não sabe informar e; iv) não é importante:

Quadro 2 – Comentários sobre ações da Fonoaudiologia na Universidade

Ações Educacionais	<i>“A importância desse profissional se dá pela possibilidade de ações no ensino regular e na educação especial na perspectiva inclusiva. Essas ações estão relacionadas à formação, consultoria e assessoria aos docentes, ações em grupo com os estudantes, orientações aos diversos profissionais da educação, encaminhamentos, dentre outros”.</i> <i>“Por suas especificidades e competências, considero o profissional com essa formação, parte fundamental no processo de inclusão”</i>
Ações “terapêuticas”	<i>“Porque eles podem diagnosticar e auxiliar com seus conhecimentos técnicos nas intervenções necessárias ao desenvolvimento desses alunos”</i> <i>“Temos muita dificuldade no diagnóstico dessas especialidades”</i>
Não sabe informar	<i>“Não tenho muito conhecimento sobre a atuação de fonoaudiólogos no ensino superior. No entanto, por minhas experiências diárias, vejo esse profissional atuando principalmente com alunos surdos e oralizados.”</i>
Não é importante	<i>“O acompanhamento que se faz na Universidade deve estar permeado pelas questões pedagógicas e não clínicas”</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados apontam para a baixa valorização do fonoaudiólogo no contexto da Educação Superior, considerando-se que, das 15 instituições, apenas três contrataram esse profissional. Diante das respostas, percebe-se que ainda há desconhecimento sobre o trabalho e a ampla atuação do profissional da fonoaudiologia. A atuação ainda não é (re)conhecida no

campo da educação, embora a Fonoaudiologia já esteja voltada para a área educacional há mais de dez anos (CFFA, 2005). A atuação mais conhecida desse profissional tange à área da comunicação, no entanto, a partir de um viés terapêutico, mesmo dentro da Universidade, esquecendo-se da colaboração desse profissional no processo educativo diante da diversidade humana. Vê-se que ainda há pouco (re)conhecimento das ações e atuação do fonoaudiólogo na Educação Superior (SANTANA; SOLTOSKY, 2014).

O que se observa nessa pesquisa é que, apesar das Políticas de Ações Afirmativas (BRASIL, 2010) e da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) terem favorecido a diversidade na Universidade, o apoio aos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos ou que sejam público-alvo da EE ainda não conseguiu legitimar o espaço do Fonoaudiólogo como profissional necessário nesse cenário.

Isso porque o trabalho do fonoaudiólogo no contexto da educação, independente do segmento no qual se insere, não se sobrepõe à autonomia dos demais profissionais que *fazem acontecer* o ensino e a aprendizagem, bem como as demais funções escolares (BERBERIAN, 2007; GIROTO, 1999). A atuação do fonoaudiólogo educacional é como um colaborador dos processos envolvidos e desenvolvidos nas instituições de ensino, fazendo parte da equipe e partindo da interdisciplinaridade, da *ação conjunta*, na busca de melhorias que promovam e maximizem a qualidade do ensino, seja na Educação Básica ou Superior.

Esta pesquisa evidencia, assim, a necessidade emergencial de uma reflexão sobre ações interdisciplinares e de inclusão na Educação Superior, e, ainda, uma mudança na concepção de Núcleo de Acessibilidade e dos profissionais envolvidos nas ações, visando garantir o direito à “*educação para todos*”. Assim, se a educação é para *todos* e o Brasil é signatário da Política de Educação Inclusiva, acredita-se que o fonoaudiólogo é um profissional importante no contexto da Educação Superior, participando da equipe de Apoio Pedagógico e da constituição dos Núcleos de Acessibilidade, auxiliando no acesso e permanência de todos os estudantes.

Considerações finais

Conclui-se nesta pesquisa que as Universidades federais já contam com um Núcleo de Acessibilidade ou um órgão que atende os estudantes público-alvo da Educação Especial, fruto das políticas públicas de inclusão e acessibilidade. Entretanto, isso parece não ocorrer com as demais instituições, visto o número reduzido de Universidades estaduais e particulares que responderam a presente pesquisa. Esse silêncio pode significar ausência de NA e/ou mesmo afastamento da temática para evitar comprometimento.

A possibilidade de caracterização dos profissionais envolvidos quanto à atuação e presença mostrou que existem profissionais de diferentes áreas trabalhando nesse setor nas Universidades. Os profissionais menos identificados nos NAs foram os pedagogos, seguidos dos psicólogos. Os profissionais da saúde, como fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais também foram pouco citados, o que demonstra desconhecimento das ações desses profissionais na área educacional.

Desta forma, ainda há um reducionismo com relação aos diversos profissionais que podem colaborar no processo de inclusão, uma vez que se observou que a maioria dos profissionais contratados são os que atuam *diretamente* com os recursos de acessibilidade, como ações que envolvem tradução para o braile ou mesmo arquitetos para planejamento de barreiras arquitetônicas. Ou, ainda, aqueles que atuam com barreiras específicas, como a barreira linguística, no caso do intérprete de Libras. Considerando as questões educacionais e que o trabalho com a linguagem/aprendizagem, comunicação e interação atravessam o processo educativo, haveria a necessidade também de atuação de profissionais como psicólogo e fonoaudiólogo nas equipes.

Essa pesquisa, dessa forma, nos mostrou que o fonoaudiólogo é um profissional pouco presente dentro da Universidade e, quando presente, nem sempre está ligado ao setor de acessibilidade e às práticas da Fonoaudiologia Educacional, o que corrobora estudos anteriormente realizados (SANTANA; SOLTOSKY, 2014).

Embora nossa pesquisa tenha delimitado a contratação de fonoaudiólogos no Núcleo de Acessibilidade e Apoio Pedagógico, ressalta-se ainda que a atuação da Fonoaudiologia não pode centrar as ações na Universidade somente voltadas à identificação de estudantes com dificuldades. Mas sim, num âmbito maior, na prevenção e promoção de saúde para toda a comunidade universitária, promovendo também a quebra de barreiras, não só linguísticas, mas atitudinais, com a promoção de uma melhor qualidade de ensino e aprendizagem aos estudantes advindos de distintos contextos, evitando assim, a exclusão social e educacional.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos à agência de fomento CAPES.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BERBERIAN, A. P. **Fonoaudiologia e Educação: Um encontro histórico**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2007.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, RS: Assistiva – Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em:
http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em 10 junho 2019.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 6 set. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC; Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em:
http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 16 maio 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

CAVALHEIRO, M. T. P. Reflexões sobre a relação entre a Fonoaudiologia e a Educação. *In*: GIROTO, C. R. M. **Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.

CELESTE, L. C. *et al.* Mapeamento da fonoaudiologia educacional no Brasil: Formação, trabalho e experiência profissional. **CoDAS**, v. 29, n. 1, p. 1-7, 2007. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2317-17822017000100309&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. **Resolução CFFa n. 309, de 01 de abril de 2005**. Dispõe sobre a atuação do Fonoaudiólogo na educação infantil, ensino fundamental, médio, educação especial. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. Brasília, DF: Conselho Federal de Fonoaudiologia, 2005. Disponível em
https://www.sbfa.org.br/portal2017/themes/2017/departamentos/artigos/resolucoes_15.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. **Quantitativo de fonoaudiólogos no Brasil por conselho regional**. Brasília, DF: CFFa, 2019. Disponível em:

<http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/index.php/numero-por-regiao/>. Acesso em: 25 maio 2019.

DONIDA, L. O. **Universitários com dificuldade de leitura e Escrita**: Desvelando discursos. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/194394/PLLG0731-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 out. 2019.

DONIDA, L. O.; SANTANA, A. P. Apoio Pedagógico como proposta de educação para todos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e192527, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100554&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 out. 2019.

GIROTO, C. R. M. **Perspectivas atuais da Fonoaudiologia na escola**. São Paulo: Plexus Editora, 1999.

INAF. **Indicador de alfabetismo funcional 2018**: Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IPM; Ação Educativa, 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTE16/view>. Acesso em: 10 maio 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enade 2016**: Resultados e Indicadores. Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/documentos/2017/apresentacao_resultados_enade2016.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

IOSIF, R. M. G. **A qualidade da educação na escola pública e o comportamento da cidadania global emancipada**: Implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 307. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2560>. Acesso em: 15 maio 2019.

LUZARDO, R.; NEMR, K. Instrumentalização fonoaudiológica para professores da educação infantil. **Rev CEFAC.**, v. 8, n. 3, p. 289-300, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1693/169320536006.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

SANTANA, A. P.; SOLTOSKY, M. Atuação fonoaudiológica na educação superior: Do ingresso à permanência. In: MARCHESAN, I. Q.; DILVA, H. J.; TOMÉ, M. C. (org.). **Tratado das especialidades em fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 2014.

ZORZI, J. L. Educação: Questões para reflexão do fonoaudiólogo educacional frente aos desafios para ensinar a ler e escrever. In: QUEIROGA, B. A. M.; ZORZI, J. L.; GARCIA, V. L. **Fonoaudiologia Educacional**: Reflexões e relatos experiência. Brasília, DF: Editora Kiron, 2015. Disponível em: http://www.sbfa.org.br/portal/pdf/livrofonoeducacional_cffa_sbfa2015.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

Como referenciar este artigo

PALMEIRO, K.; DONIDA, L. O.; SANTANA, A. P. Práticas voltadas à inclusão: A fonoaudiologia na educação superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 2024-2044, jul./set. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i3.17090>

Submetido em: 10/01/2022

Revisões requeridas em: 27/03/2022

Aprovado em: 05/05/2022

Publicado em: 01/07/2022

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.